

The background of the cover is a dramatic sunset or sunrise over a battlefield. The sky is a mix of orange, yellow, and dark grey, with some lens flare effects. In the foreground, the silhouettes of several medieval warriors are visible. Some are on horseback, while others are on foot. They are holding various weapons like swords, spears, and axes. The overall mood is historical and intense.

*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo
(Organizadoras)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Kimberlly Elisandra Gonçalves Carneiro
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadoras: Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S478 Sentidos e sujeitos: elementos que dão consistência à história 2 / Organizadoras Denise Pereira, Janaína de Paula do Espírito Santo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-650-8

DOI 10.22533/at.ed.508201112

1. História. I. Pereira, Denise (Organizadora). II. Espírito Santo, Janaína de Paula do (Organizadora). III. Título.

CDD 901

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos.

APRESENTAÇÃO

Conhecer, é estabelecer sentido. O ato de viver, quando ultrapassa a esfera da sobrevivência, é portanto o ato de conhecer e dar sentido ao mundo e as pessoas. Esse conhecimento não é abstrato, visto que o modo com que nos relacionamos com o conhecimento tem um impacto direto no processo de ensino aprendizagem e também no modo como encaramos os espaços de construção do conhecimento como todo. Há, da mesma maneira uma diferença no tratamento que damos à tensão existente entre a informação produzida pela ciência e aquela a que temos acesso cotidianamente, que reside exatamente na conexão que estamos dispostos a reconhecer entre o conhecimento, a informação e a experiência cotidiana dos indivíduos. De maneira geral, essa relação é vista atualmente, como um elemento de embates e resistências, em uma dinâmica própria, que não é sempre harmônica. Essa espécie de tensão é particularmente visível no momento em que vivemos: há uma espécie de conservadorismo que está em crescimento no Brasil atualmente se alimenta dela, e que se coloca, muitas vezes como resistente a ciência de referência e aos consensos científicos reconhecidos. Há uma factualização das informações que passam a fazer sentido para o indivíduo validadas especialmente pela sua própria experiência com o real. Assim, os “espaços de domínio público” do conhecimento vem ganhando cada vez mais dimensão no processo da formação de opiniões, posicionamentos e referenciais das pessoas.

Esse movimento não é um fenômeno apenas nacional, mas se verifica em diferentes partes do globo, o que demonstram a necessidade uma reflexão constante sobre todo esse processo de construção de verdades e sentidos do pensamento humano sobre o mundo. Se o pensamento é construído no espaço de relação entre as pessoas, no reconhecimento e na interação dos indivíduos, esse também é um espaço que deve ser foco de estudos e reflexões. É na relação, no reconhecimento e na exploração da construção de sentido dos grupos humanos e entendimento de que os sujeitos estão a todo momento dando sentido à sua realidade (que portanto, se está contido na maneira em que cada indivíduo constrói sua experiência de mundo e do conhecimento) que a história adquire profundidade, riqueza e forma. É dessa experiência que os saberes históricos constroem seus significados e sua relevância para as pessoas.

Esperamos que as leituras destes capítulos possam ampliar seus conhecimentos e instigar novas reflexões.

Boa leitura
Denise Pereira
Janaína de Paula do Espírito Santo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

“NÃO FORAM OS DEUSES, NEM FOI A MORTE DE DEUS, NÃO FOI O JABÁ DA ACADEMIA QUE MATOU A POESIA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A JUVENTUDE NA PÓS-MODERNIDADE

Marlon Jose Gavlik Mendes

DOI 10.22533/at.ed.5082011121

CAPÍTULO 2..... 13

A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA MARXIANA NA EMANCIPAÇÃO DA MULHER NO CAMPO DE TRABALHO ANTE A OPRESSÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Renata Reis de Lima

Jenucy Espíndula Brasileiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011122

CAPÍTULO 3..... 23

A FAMÍLIA COMO BASE: NACIONALISMO, EXÉRCITO E EDUCAÇÃO

Felipe Varzea Lott de Moraes Costa

DOI 10.22533/at.ed.5082011123

CAPÍTULO 4..... 33

EL FERROCARRIL, PARAJES DE LA HISTORIA EN EL NORTE DE MÉXICO, VILLA PASO DEL NORTE, 1880

Lidia G. Sandoval Rivas

Luis Herrera Terrazas

DOI 10.22533/at.ed.5082011124

CAPÍTULO 5..... 44

A MEMÓRIA AIKEWARA DO TEMPO DA GUERRA E OUTROS TEMPOS NO ARAGUAIA

Nadine Borges

Wilson Madeira Filho

Ana Motta Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.5082011125

CAPÍTULO 6..... 58

A MORADA NORDESTINA: A ARQUITETURA COMO PARTE DA PAISAGEM E INDENTIDADE

Gabriela de Sousa Vieira

Miriam Ferreira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5082011126

CAPÍTULO 7..... 68

AS MARAVILHAS EM *EMBAIXADA A TAMERLÃO (1406)*

Jorge Luiz Voloski

Sofia Alves Cândido da Silva

Lucas Vieira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5082011127

CAPÍTULO 8	82
AS MARCAS DA DITADURA NO CONTEXTO SOCIAL DA HISTÓRIA E SUAS SOMBRAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Daniel de Oliveira Perdigão	
DOI 10.22533/at.ed.5082011128	
CAPÍTULO 9	86
ASPECTOS DA HISTÓRIA CULTURAL E AS CONTRIBUIÇÕES DE ROGER CHARTIER	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5082011129	
CAPÍTULO 10	99
ASTRONOMIA CULTURAL: UM OLHAR DECOLONIAL SOBRE E SOB OS CÉUS DO BRASIL	
Flavia Pedroza Lima	
Rundsthen Vasques de Nader	
DOI 10.22533/at.ed.50820111210	
CAPÍTULO 11	106
BELEZA NAS ALTURAS: AEROMOÇAS E UNIFORMES NA ESTÉTICA DO BEM VESTIR	
Felipe Bastos Maranezi	
Natalia Scarabeli Zancanari	
DOI 10.22533/at.ed.50820111211	
CAPÍTULO 12	116
CAMINHOS DA MODERNIDADE: A AMAZÔNIA SOB OS SIGNOS DE UM TEMPO ACELERADO (1915-1940)	
Leticia Souto Pantoja	
DOI 10.22533/at.ed.50820111212	
CAPÍTULO 13	135
CHRISTINE DE PIZAN E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA GUERRA	
Carmem Lúcia Druciak	
DOI 10.22533/at.ed.50820111213	
CAPÍTULO 14	146
CIDADE SINOP, MATO GROSSO: NO/PELO DISCURSO DO IMPRESSO JORNAL HOJE, A CONSTRUÇÃO DE UMA TERRA DE PROGRESSO E OPORTUNIDADE	
Leandro José do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.50820111214	
CAPÍTULO 15	159
CINEMA, HISTÓRIA E CRÍTICA: APONTAMENTOS SOBRE ÉLIE FAURE	
Erivan Cassiano Karvat	
DOI 10.22533/at.ed.50820111215	

CAPÍTULO 16.....	171
CONSERVADORES X MODERNISTAS: OS EMBATES ENTRE OS CONCÍLIOS PROTESTANTES ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX	
José Roberto de Souza Paulo Julião da Silva Stefano Alves dos Santos Josielson Lira Matos	
DOI 10.22533/at.ed.50820111216	
CAPÍTULO 17.....	183
DIALÉTICA CULTURAL ESPIRALADA: <i>CONSTRUCTO</i> PARA AS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	
Nicolas Theodoridis	
DOI 10.22533/at.ed.50820111217	
CAPÍTULO 18.....	194
INFÂNCIAS TRADICIONAIS NEGRAS NA HISTÓRIA BRASILEIRA	
Mariane Oliveira Nunes Valéria Amim	
DOI 10.22533/at.ed.50820111218	
CAPÍTULO 19.....	203
MOVIMENTO EMANCIPACIONISTA NA DÉCADA DE 1980, MEMÓRIA E IDENTIDADE, A RECONSTRUÇÃO DO PASSADO NAS VOZES DA COMUNIDADE JAPERIENSE COMO UMA HISTÓRIA PÚBLICA	
Adna Gomes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111219	
CAPÍTULO 20.....	214
O CÉU DO INDÍGENA BRASILEIRO - UMA ASTRONOMIA CULTURAL	
Marcelo Augusto do Amaral Ferreira Rundsthen Vasques de Nader Luiz Carlos Borges	
DOI 10.22533/at.ed.50820111220	
CAPÍTULO 21.....	220
O COMÉRCIO E A EVOLUÇÃO ESPACIAL DAS ÁREAS CENTRAIS DAS PEQUENAS CIDADES: O CASO DE PORTALEGRE	
Miguel Castro	
DOI 10.22533/at.ed.50820111221	
CAPÍTULO 22.....	243
O SOL NASCENTE EM TERRA TUPINAMBÁ: A EXPERIÊNCIA DE IMIGRANTES JAPONESES DO MARANHÃO NA DÉCADA DE 1960	
Hemelita da Silva e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111222	

CAPÍTULO 23	255
ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ESTADO DE SÃO PAULO: ASPECTOS HISTÓRICOS (1980-2008)	
Odair Vieira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.50820111223	
CAPÍTULO 24	268
PLURALISMO NA CIÊNCIA ECONÔMICA OU UM ESTADO TRANSITÓRIO EM DIREÇÃO A UM NOVO <i>MAINSTREAM</i> PÓS-NEOCLÁSSICO?	
Marcelo de Carvalho Azevedo Anache	
Luiz da Costa Laurencel	
Carlos Benevenuto Guisard Koehler	
DOI 10.22533/at.ed.50820111224	
CAPÍTULO 25	277
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E SOCIOCULTURAIS NA FESTA DA SANTA CRUZ PADROEIRA DO MUNICÍPIO DE TAQUARANA-AL	
Ana Cristina de Lima Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.50820111225	
CAPÍTULO 26	284
UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980	
Guilherme José Motta Faria	
DOI 10.22533/at.ed.50820111226	
CAPÍTULO 27	299
VISITAÇÕES TUMULARES E SIGNOS DE COMUNICAÇÃO: UMA LEITURA ANTROPOLÓGICA E SENSÍVEL	
Marcia Regina de Oliveira Lupion	
DOI 10.22533/at.ed.50820111227	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	310
ÍNDICE REMISSIVO	311

CAPÍTULO 26

UNIDOS PELA DEMOCRACIA: AS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO E OS ENREDOS POLÍTICOS NA DÉCADA DE 1980

Data de aceite: 01/12/2020

Guilherme José Motta Faria

Pós Doutorado em História - USP
Doutorado em História - UFF
Universidade Veiga de Almeida

RESUMO: Durante os anos 1980 ocorreu grande produção de bens culturais, que em contraponto com as questões políticas gerou um quadro de tensões, disputas e negociações sobre os rumos da vida do cidadão brasileiro. As Escolas de Samba conectadas ao período em destaque se mostraram também engajadas, com a adoção de temas críticos, satíricos debatendo a realidade social, econômica e política brasileira. A participação direta das agremiações nas campanhas e movimentos políticos se fez presente na Avenida, em enredos que foram “apropriados” pelo público.

PALAVRAS-CHAVE: Escolas de Samba, política, enredo.

ABSTRACT: During the 1980s, there was a great production of cultural goods, which, in contrast to political issues, generated tensions, disputes and negotiations about the course of Brazilian citizens. The Samba Schools connected to the period were also engaged with the adoption of critical, satirical themes, debating Brazilian social, economic and political reality. The direct participation of the associations in the campaigns and political movements became present in the Avenue, in themes that were "appropriated" by the public.

KEYWORDS: Samba schools, politics, plots.

1 | AS ESCOLAS DE SAMBA E A VIDA POLÍTICA DO BRASIL

Os desfiles das Escolas de Samba a partir dos anos 1960 foram se tornando espetáculos grandiosos, que despertaram e continuam a despertar o interesse de grande parte da população brasileira. Fatos pitorescos, grandes personagens e o contexto histórico embasando cada enredo, permite as agremiações passar em “revista” os acontecimentos importantes, as ideias, tendências artísticas, comportamentais, que influenciaram e ainda influenciam nosso panorama cultural.

Mediados pela ação de um Estado de caráter autoritário, instalado com o Golpe civil-militar em 1964, a sociedade buscou formas de resistência para combater a falta de liberdade democrática e o esvaziamento dos direitos de cidadania das organizações sociais, culturais e políticas. Os anos 1970/80 revelam, de maneira quase holística seu sentido mais profundo de novas estratégias do fazer político, tendo a cultura como campo fecundo.

Assim sendo, as Escolas de Samba conectadas ao período em destaque se mostraram também atentas ao momento político que o país atravessava. Com a adoção de temas críticos à realidade social e política brasileira, as agremiações se tornaram também câmaras de comunicação dos anseios populares e dos debates que conquistavam espaços na imprensa e nas conversas do cotidiano.

21 O MOMENTO POLÍTICO BRASILEIRO (1972-1989)

A ditadura civil-militar, implantada no país em abril de 1964, fruto de um golpe articulado pelas Forças Armadas, protagonizado pelo Exército, apoiado financeiramente e ideologicamente por setores de classe média alta, empresários e setores conservadores da Igreja Católica governou o país por mais de duas décadas. A utilização de mecanismos de repressão aos direitos civis e políticos gerou um quadro de tensões que resultou em enfrentamento direto e indireto em diversos setores da sociedade brasileira.

As crises do petróleo (1974 e 1978) abriram rachaduras na edificação do Estado e as dificuldades econômicas internas, advindas das limitações externas gerou um quadro de insatisfação da população brasileira que novamente passava a conviver com o arrocho salarial, o desemprego, a falta de liberdade e do jogo democrático, no qual estavam todos, ou quase todos, aliados.

Com sua política econômica questionada, a ditadura civil-militar passou a ter que administrar suas ações de controle social e repressão política para a manutenção do regime. O Governo Geisel, ao extinguir, em 1978 o Ato Institucional nº 5 possibilitou que o processo de redemocratização da vida política brasileira se tornasse irreversível, trazendo em seu bojo a abertura, a anistia, a participação de antigos e novos atores no centro dos debates políticos. A partir de 1978 os sindicatos retomaram fôlego e presença no cenário nacional. As greves por melhores salários e direitos sociais foram retomadas, assim como o movimento estudantil, amortecido nos primeiros anos da Ditadura reconstruiu suas organizações extintas e passou a ocupar os espaços de reivindicação.

O processo de abertura política, iniciado por Geisel teve continuidade com o seu sucessor, o general João Baptista Figueiredo (1979-1985). Com o processo de anistia diversos líderes políticos e sindicais voltaram ao país e passaram a ocupar palanques, reorganizaram ou criaram partidos políticos e se prepararam para a retomada gradual do jogo democrático com eleições diretas para governadores, em 1982. O processo de redemocratização se verificou também com a retomada de experiências de liberdade de expressão e arrefecimento da censura aos órgãos de imprensa com a volta de jornais de esquerda.

O movimento batizado de “Diretas Já!” foi um dos momentos de maior participação política popular da nossa recente história e teve seu início em março de 1983. A campanha foi conquistando o apoio dos diversos partidos da oposição e até mesmo nos partidos mais afinados com o governo, como o PDS (formado por políticos originários da antiga ARENA). No ano de 1984 a campanha ganhou a simpatia da população, que foi às ruas para pedir a volta das eleições diretas, na expectativa da votação da emenda constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira (PMDB/MT).

Depois de duas décadas vividas sob forte ação repressiva, o movimento trouxe novamente para as ruas o engajamento dos diversos segmentos sociais. Para reprimir

as manifestações populares, durante o mês de abril de 1984, o presidente Figueiredo aumentou a censura sobre a imprensa e ordenou prisões, ocorrendo violência policial em todas as cidades brasileiras. Apesar dos sinais de tentativa de endurecer a repressão às manifestações, a adesão popular foi aumentando em número considerável, sobretudo nas vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira.

Mesmo com a derrota da emenda e a consequente desmobilização da campanha, o saldo foi positivo, pois o movimento trouxe a discussão política para as ruas, para os espaços sociais públicos sem o risco de prisões, sequestros e torturas. A politização da população brasileira sinalizava que além da retomada plena dos direitos políticos, exigia também ampla participação enquanto cidadãos na ampliação dos direitos e nas necessárias e urgentes mudanças sociais e econômicas.

A eleição indireta, em 15 de janeiro de 1985 garantia pelo menos uma certeza, o próximo presidente seria um civil. Apoiado pelas mesmas lideranças do movimento das Diretas Já, Tancredo Neves venceu a disputa. Chegava ao fim da Ditadura Civil-Militar e o processo de redemocratização se iniciava, repleto de incertezas, dificuldades, heranças complexas de duas décadas de autoritarismo, mas com imenso apoio popular, desejoso de novamente ser protagonista nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais da vida brasileira.

Atrágica morte do presidente eleito Tancredo Neves, a posse e o governo do até então apoiador da Ditadura, José Sarney e todos os acontecimentos que refletiam a transição de um regime de exceção para a retomada da democracia impactaram a sociedade brasileira. Os anseios com a nova constituição, outorgada em 1988 e a campanha presidencial de 1989 tornaram a década de 1980 um período intenso de embates, conflitos e negociações.

Neste contexto, as agremiações carnavalescas da cidade do Rio de Janeiro também se manifestaram, tendo a avenida Marquês de Sapucaí, a partir de 1977, como palco central. Assim, nos anos 1980, com o prestígio consolidado, as Escolas se tornaram mais ousadas nas propostas temáticas. Os temas tradicionais continuaram marcando presença, mas a possibilidade de aliar uma visão mais crítica e satírica aos enredos ampliou as possibilidades comunicativas das agremiações. As lutas pela retomada dos direitos políticos e as transformações econômicas que o país vivenciava também se tornaram motes explorados nos desfiles das principais Escolas de Samba cariocas.

3 | OS DESFILES NO TEMPO DA DITADURA (1964-1979)

Em relação à construção de narrativas pelas agremiações, cada desfile se constrói a partir de uma sinopse, balizada por uma pesquisa histórica. As Escolas de Samba sempre se utilizam das ferramentas da História nesta produção. Assim sendo, todo enredo dialoga com esta disciplina, se constituindo em mais uma possibilidade de versão sobre os acontecimentos, em mais uma construção narrativa.

Ao iniciar esta pesquisa, parte de um estudo aprofundado, realizado como exercício de Pós-doutorado na USP estava eivado de certezas sobre a participação engajada e militante das Escolas de Samba no contexto da redemocratização política no Brasil. O aprofundamento nas fontes e as leituras de uma bibliografia renovada que questiona o “mito da sociedade resistente”, tanto no pós-segunda guerra mundial, na França e nas ditaduras latino americanas, das décadas de 1970/80 me provocou o desejo de “mergulhar em águas mais profundas” e aguçar a percepção de um quadro bem mais amplo e diverso do que supunha na fase preliminar deste estudo.

Antes de particularizar a década de 1980 é importante traçar um breve panorama no período anterior e perceber o comportamento das agremiações. Neste primeiro marco temporal (1964 a 1979), período mais rigoroso da ditadura civil-militar, que nomeei “os Carnavais sob a Ditadura”, a rápida análise apresenta a ambiguidade dos atores sociais, no período, que dialogavam com as instâncias políticas ou criavam zonas de tensão e resistência.

Apresento momentos que contemplam essas duas vertentes: situações de enfrentamento dos agentes culturais das agremiações com as instituições repressivas instauradas com a Ditadura Civil-militar e movimentos explícitos de louvação ao regime em ações de aparente neutralidade. Intervenções diretas, indiretas, situações de intimidação, mediação e apoio governamental ocorreram nessa relação entre meados dos anos 1960 e ao longo da década de 1970.

Sobre o enfoque da resistência temos como exemplos alguns episódios, reveladores das tensões que os artistas das Escolas de samba passaram a vivenciar neste enfrentamento com as autoridades brasileiras. Ao propor como enredo “A História da Liberdade no Brasil” tanto o Salgueiro liderado pelo carnavalesco Fernando Pamplona (1967), os compositores do Império Serrano (1969) e o compositor Martinho da Vila (1972) sofreram com a ação direta ou indireta da censura e órgãos de repressão do regime militar. Intimidados a depor na delegacia ou procurando convencer sobre a “ausência” de intenções políticas, esses agentes culturais tiveram que administrar suas criações e ceder ou negociar cortes ou alterações em suas obras.

Segundo relato de Haroldo Costa, várias vezes os ensaios do Salgueiro foram interrompidos com corte da energia elétrica e a desconfiança da presença de homens estranhos na comunidade, provavelmente policiais pertencentes ao DOPS, que acompanhavam os passos dos sambistas para apontar qualquer tipo de conotação política na preparação para o desfile. Era de fato, uma demonstração de coragem por parte da agremiação escolher o tema *liberdade* num momento crítico de nossa história recente, onde o aparato militar montou um rígido esquema de repressão aos opositores do regime identificados, ou melhor, genericamente chamados de *comunistas*, procurando fechar todos os meios de comunicação para não informar sobre as arbitrariedades cometidas pelos militares no poder (1984, p.293).

No caso do Império Serrano, os compositores tiveram que negociar suas posições e fazer pequenas concessões para não ter problemas com os militares, onde os compositores Silas de Oliveira, Mano Décio da Viola e Manuel Ferreira tiveram que mudar um verso do samba-enredo *Heróis da Liberdade*, no carnaval de 1969. Eles foram obrigados pelos censores a realizar essa mudança, lembrando que esse carnaval foi o primeiro depois do AI-5.

Os jornalistas Chico Otávio e Aloy Jupiara destacaram que *Em plena ditadura, a escola de Madureira cantava a Inconfidência Mineira, a Independência e a Abolição, mas a letra podia ser entendida como um protesto contra o regime*: E fizeram a citação literal do trecho final do samba de enredo: *Ao longe soldados e tambores/Alunos e professores/Acompanhados de clarim/Cantavam assim/Já raiou a liberdade/A liberdade já raiou/Essa brisa que a juventude afaga/Essa chama/Que o ódio não apaga pelo universo/É a revolução em sua legítima razão*. Para que o samba fosse liberado, os compositores tiveram que alterar o último verso que se transformou em *É a evolução em sua legítima razão* (OTÁVIO e JUPIARA, 2016).

Episódios narrados por Fernando Pamplona, carnavalesco do Salgueiro durante os anos 1960 e início dos anos 1970 também revelaram os embates constantes com os censores. Em entrevistas, prefácios de livros e na sua autobiografia, o artista narrou os momentos que teve que se defrontar com os agentes da repressão. Segundo a historiadora Tamara Cruz, em sua dissertação de mestrado, todas as agremiações tinham que enviar suas sinopses, desenhos de fantasias, alegorias e letras dos sambas enredos para serem liberados pela censura (PAMPLONA, 2013, p.115).

O compositor Martinho da Vila, que compôs o samba da Vila Isabel *Onde o Brasil aprendeu a liberdade* (1972) também sofreu problemas com o mesmo órgão durante o período. Na disputa de samba-enredo da Unidos de Vila Isabel (1974), teve sua composição desclassificada, por forte pressão dos agentes da censura que com a truculência habitual consideraram a letra com extremo grau de mensagem subversiva. O enredo da agremiação, intitulado *Aruaná Açu*, versava sobre a tribo indígena dos Carajás e na visão dos censores pesava no tom crítico.

O trecho do samba de Martinho, extraído do site vagalume, apontava a ação predatória das elites da região amazônica, em conivência com os órgãos governamentais que deveriam proteger os índios: *Estranhamente o homem branco chegou/Para construir/Para destruir/Para desbravar/E o índio cantou/O seu canto de guerra/Não se escravizou/Mas está sumindo da face da Terra*. Dessa forma, o samba com seu forte teor crítico desagradou os militares e a solução foi eliminá-lo da disputa. A intervenção, entretanto, não terminou com essa censura:

Além de excluir o samba de Martinho, a escola teve que mudar o desenvolvimento do enredo, que passou a exaltar a Transamazônica: A grande estrada que passa reinante/Por entre rochas, colinas e serras /Leva o progresso ao irmão distante/Na mata virgem que adorna a terra”, diz o samba cantado no desfile.

Outro exemplo de ousadia foi da agremiação do bairro de Cavalcante, zona norte da cidade que apresentou em seu desfile de 1976 o enredo *Os Sertões*, uma homenagem ao jornalista e escritor Euclides da Cunha e sua obra, onde descreveu a última investida do exército brasileiro sobre os sertanejos, liderados por Antônio Conselheiro, no Arraial de Canudos. O tema, extremamente polêmico que descreve uma ação violenta do exército em um dos maiores massacres populares de nossa história poderia ser taxado de “subversivo”. Não consta, na literatura do carnaval uma narrativa sobre ação da censura na letra do samba ou na proposta estética da agremiação. O rebaixamento para o segundo grupo foi, segundo os analistas do desfile, em decorrência da “chuva torrencial” que desaguou na hora da apresentação da Escola.

4 | O CARNAVAL DO SESQUICENTENÁRIO (1972)

Nos vários setores sociais e profissionais, a ação dos militares no poder revelou uma dualidade: censura/repressão de um lado, cooptação/auto-regulamentação, de outro. Em relação aos meios de comunicação, o regime procurou adotar tanto a censura prévia, quanto cooptar os agentes sociais envolvidos para que eles fizessem propaganda, ou tivessem um olhar mais generoso com o governo e não publicassem notícias consideradas negativas ou alarmantes.

A maioria das empresas de comunicação adotou a autocensura para evitar rotas de colisão com a classe política e militar no poder. Por outro lado, as empresas estatais do setor, em parceria com a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP) se constituíram como potentes instrumentos da construção do sentimento nacionalista que respaldava as políticas públicas dos governantes durante a ditadura civil-militar (NAVES, 2012).

A população em geral participou das chamadas públicas às comemorações patrióticas incentivadas pelo governo. As festividades cívicas programadas para o sesquicentenário da Independência comprovam essa adesão ou participação passiva de grande parcela da sociedade brasileira. O trabalho de Janaína Martins Cordeiro, *A ditadura em tempos de milagre* corrobora essa afirmativa e questiona a memória construída sobre o período, sedimentada nas perseguições, prisões e torturas, situando a população, em geral, como resistente às ações governamentais.

Recorrendo a Pierre Laborie e demais historiadores revisionistas sobre os regimes de exceção e o mote da resistência, a autora traz à tona uma reflexão sobre a participação popular e os sentimentos expressos em sua participação nas festividades e na vida cotidiana, quando diversas camadas sociais usufruíram de benefícios na esperança da tão

almejada conquista emancipatória, pelo viés econômico, da nação brasileira (CORDEIRO, 2016).

Nas batalhas de memórias, estabelecidas no presente, boa parte dos fatos são ora exaltados, ora escondidos “debaixo do tapete” da História. O Carnaval de 1972 apresenta um quadro de aceitação ao regime que a bibliografia sobre as Escolas de Samba procura evitar. Verificando os enredos de boa parte das agremiações que desfilaram no “Carnaval do Sesquicentenário” percebe-se que os enredos, com variada gama de temáticas seguiram o tom das comemorações em duas Escolas do primeiro grupo e metade do segundo grupo. Na pesquisa realizada listei cerca de 10 enredos em consonância com as comemorações do regime. Cito, entre estes, três exemplos para demonstrar melhor essa postura de adesão a propaganda do governo militar. Os sambas, pesquisados no site galeria do samba ajudam a ilustrar os casos citados.

A Unidos de Lucas apresentou o enredo *Brasil das 200 milhas*. O samba, dos compositores Pedro Paulo, Jorginho de Caxias, Joãozinho e Capixaba se encaixava com perfeição ao modelo de exaltação ao regime.

Brasil! Brasil! Brasil!/Do nascente ao poente/Existe um céu cor de anil/E o Sol resplandecente/Iluminando esta terra de encantos mil/A passarada gorjeia contente/Saudando o gigante Brasil/Oh! País de progresso onipresente/De notáveis recursos naturais/ E seu profundo mar azul/Fértil em peixes, petróleo e minerais/Belezas tem de norte a sul/Lindas praias ornando o seu litoral/Ó pescador/Ó pescador, ó pescador/Solta o barco e abra a vela/Como se fosse um pintor/Estendendo a sua tela!/Oh! Duzentas milhas sagradas/E por muitos outros cobiçadas/Tem no povo heróico a defesa varonil/ Guardião avançado da soberania/Do nosso Brasil! Brasil!

A Imperatriz Leopoldinense, com o samba *Martim Cererê*, dos compositores Zé Catimba e Gibi foi muito bem recebida, por conta da popularidade alcançada. O samba era o tema musical de abertura da novela *Bandeira Dois*, da Rede Globo, com grande audiência em todo país. A letra revela essa mescla de passado, presente e futuro, síntese da Festa do Sesquicentenário e do discurso oficial do governo Médici.

Vem cá, Brasil/Deixa eu ler a sua mão, menino/Que grande destino/ Reservaram pra você/Lá lá lá lá lauê/Fala Martim Cererê (bis)/Tudo era dia/O índio deu a terra grande/O negro trouxe a noite na cor/O branco a galhardia/E todos traziam amor/Tinham encontro marcado/Pra fazer uma nação/E o Brasil cresceu tanto/Que virou interjeição/Lá lá lá lá lauê/Fala Martim Cererê (bis)/ Gigante pra frente a evoluir (laiá laiá)/Milhões de gigantes a construir (laiá laiá (bis)

O universo dos temas abordados pelas Escolas de Samba nos anos 1970 se abria a posturas críticas, entretanto, a maioria dos enredos gravitava na órbita da narrativa tradicional da História, dialogando de maneira bem próxima as diretrizes do governo. Dessa forma, a abordagem atual que procura desqualificar ou tornar invisível essa postura das agremiações no início dos anos 1970, precisa ser revista.

As narrativas que ressaltam as ousadias de algumas agremiações se tornaram hegemônicas, entretanto, creio ser importante ampliar esse cenário e analisar alguns exemplos que demonstram uma postura afinada com as prerrogativas propostas pelos governos militares, assentadas no nacionalismo e no espírito cívico da população. Importante perceber que essas escolhas também refletiam uma postura política que, de colaboração ou alinhamento estavam presentes no contexto sócio cultural do país.

O terceiro o caso, a Unidos de Bangu, Escola que foi desclassificada, pois não conseguiu realizar seu desfile no horário marcado e somente fez uma breve apresentação no encerramento das apresentações, para honrar a subvenção recebida. A abordagem da agremiação revela o desejo da participação no chamamento cívico que a Festa dos 150 anos do Brasil independente conclamava. Com o enredo *Um dos motivos da Independência do Brasil*, a agremiação abria espaço para exaltar a atuação da maçonaria no processo da Independência. O samba composto por Boina e Dantas trazia essa sutileza narrativa e demarcava um grau de importância que as fontes oficiais nem sempre relegaram a Ordem dos Maçons.

Um dia/A professora me contou/Que o Brasil/Oh meu Brasil/Já foi escravo/
Sim senhor/E este bravo/Povo brasileiro/Deve/Ao nobre estrangeiro/
Que conheceu/O seu valor/Lá no Ipiranga/Uma frase entrou/Na
história/"Independência ou morte"/A maçonaria foi mais forte/Parabéns ao
brasileiro/Já é teu o teu Brasil/O universo te abraçou/Resplandece entre
outras mil.

Com tantas manifestações de apoio ao regime político vigente, é impossível negar que os acontecimentos políticos e econômicos reverberavam no universo temático das Escolas de Samba. Apoio, adesão, consenso ou resistência são atitudes que estiveram presentes nesta relação entre as agremiações, suas escolhas temáticas, suas bases organizativas e suas performances no carnaval carioca.

5 | OS CARNAVAIS DOS ANOS 1980 – DA ANISTIA À NOVA REPÚBLICA

Este artigo, parte de uma pesquisa mais aprofundada procura analisar com brevidade a década de 1980 em dois eixos que se interpenetram: os desfiles das Escolas de Samba e o contexto histórico (político e econômico) do período. A narrativa, respeitando a limitação de espaço do artigo aponta as tendências que surgiram e foram apresentadas ao longo da década de 1980. As escolhas são emblemáticas para perceber a diversidade e sobretudo como a pauta social, política e econômica conquistou espaço no contexto carnavalesco carioca.

Um exemplo foi o desfile da Unidos de Vila Isabel (1980) com o enredo *O sonho de um sonho*. A partir da poesia de Carlos Drummond de Andrade, Martinho da Vila compôs um inspirado samba e conseguiu, no ano seguinte à promulgação da Lei da Anistia, levar para a avenida uma composição que tocava em questões complicadas para o período,

como a liberdade, a tortura, a clausura e as relações de poder estabelecidas pelo princípio do autoritarismo.

E a avenida cantou: “Um sorriso sem fúria entre o réu e o juiz/A clemência e a ternura por amor da clausura/A prisão sem tortura, inocência feliz/Ai meu Deus/Falso sonho que eu sonhava”. Segundo Chico Otávio e Aloy Jupiara, “Foi a vez mais direta que, naqueles tempos, uma escola de samba clamou pela liberdade, sobretudo na ousadia contida no verso “a prisão sem tortura”. (2016)

Merecem também breve destaque o enredo da Mocidade Independente de Padre Miguel, Tropicália Maravilha (1980) no qual a palavra anistia se destacava em uma alegoria e a apresentação da Mangueira com o enredo De Nonô a JK (1981), homenagem ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, morto em suspeito acidente de carro quatro anos antes. Outros enredos foram apresentados dentro desse contexto politizado, onde os conceitos de abertura, distensão e anistia estiveram presentes. Algumas agremiações ampliaram seu leque temático e focaram mais na questão da economia, como a Unidos da Tijuca, O que dá para rir dá para chorar (1981). O FMI (Fundo Monetário Internacional) foi bastante citado e criticado no desfile da Escola tijuicana, ganhando representações plásticas carregadas de sentidos contestatórios.

Outro desfile, dentro desta crítica foi do Salgueiro, Traços e Troças (1983). A partir de um enredo sobre as caricaturas foi apresentado em tom de ironia a ação da censura e a proibição de “certos assuntos”, citados na letra do samba:

Eu sou o Rio e rio à toa/Só rio de quem me impede de sorrir/A minha pena não tem pena nem perdoa/Mexe com qualquer pessoa/Ela quer se divertir/Será que a política não vai me censurar?/Já sei, certos momentos não se pode criticar!/Gozar, traçar, ferir/Fazendo de novo meu povo feliz/Riscando aquilo que ele não diz..

Um caso interessante que também merece breve comentário se trata de uma ação de “autocensura” que ocorreu no Império Serrano (1984). O enredo, *Foi, malandro é*, em sua parte final tinha como proposta “cutucar” os militares, mas a própria direção da Escola, “escaldada” com os acontecimentos da década de 1960, preferiu não arriscar e decidiu cortar a parte proposta por Fernando Pamplona ao carnavalesco Renato Lage que desenvolveu o enredo (PAMPLONA, 2013, p.128).

Os enredos sociais da São Clemente (1984-1994) e em especial da Caprichosos de Pilares (1983-1985) trouxeram para o ampliado leque de possibilidades temáticas a verve crítica e satírica dos problemas políticos e econômicos do país. O enredo sobre a Feira Livre (1983), Sobre Chico Anísio e seus personagens (1984) e o aclamado E por falar em saudade (1985), uma viagem nostálgica e crítica sobre as décadas anteriores a Ditadura Militar, foram momentos marcantes onde o desejo de debater os acontecimentos políticos se tornava necessidade dos artistas e sambistas. A mensagem, na letra do samba da agremiação do bairro de Pilares, *Diretamente o povo escolhia o presidente* era objetiva

e utilizava o espaço temporal do carnaval para demonstrar a insatisfação com a rejeição da emenda Dante de Oliveira, frustrando a campanha das Diretas Já.

Em 1985, no que foi batizado por parte da imprensa de “O Carnaval da Democracia” tivemos um momento onde as mudanças políticas estavam em seu estado de maior ebulição, acompanhados pelos diversos setores culturais e presente com muita força nas Escolas de Samba cariocas. Mesmo que o público diretamente não estivesse atento à intencionalidade de algumas agremiações, os desfiles abriam possibilidades de criar condições de reflexão sobre a situação social e econômica, tanto individual, quanto da sociedade brasileira como um todo.

Os escândalos financeiros, os casos de corrupção e o desejo do fim da impunidade dos “crimes de colarinho branco”, estiveram presentes em alguns desfiles: Portela, Imperatriz, Beija-Flor, Império Serrano, Unidos da Tijuca, entre outras. Nessas representações aparecia o viés da crítica com alas e carros alegóricos referentes aos escândalos financeiros em geral, as “maracutaias políticas”, os desastres ambientais e as mazelas sociais do povo brasileiro. Era perceptível também a incorporação dos temas econômicos com as inúmeras citações a ação do FMI, com suas “missões diplomáticas”, presença constante na primeira metade dos anos 1980 no Brasil, com sua cartilha de gestão e receitas amargas para emprestar mais dinheiro ao país.

A evocação desses eventos, mesmo que na chave do carnaval, refletia o caráter “anárquico” da festa. Sendo assim, o que se sobressaía era a dimensão satírica, crítica e festiva, ao mesmo tempo que também provocava reflexões. Citar escândalos financeiros como o do Banco Delfin, do Banco Sul-brasileiro e outras grandes empresas que “quebraram”, assim como a representação das ações de intervenção do FMI ajudavam a lembrar, ou melhor, não deixavam cair no esquecimento esses eventos e seus desdobramentos. Evocar a lembrança desses episódios traumáticos da vida econômica brasileira, tratados dentro da esfera carnavalesca era uma forma de também chamar atenção para nossos problemas cotidianos, nos estertores dos governos militares.

6 | A TEMÁTICA POLÍTICA EM SEU AUGE (1986-1989)

Na narrativa dos pesquisadores pode ser percebida como a exacerbação da temática política no Carnaval de 1986 foi impactante. Eduardo Silva apontou essa tendência apontando a conexão da liberdade de expressão com o “fim da censura”.

O ano de 1986 trazia uma quantidade jamais vista de enredos críticos e irreverentes, muito por ter sido o primeiro carnaval após o fim da censura. O Império Serrano fez um enredo crítico e contundente intitulado “Eu quero”, falando sobre os anseios da população brasileira à época e lembrando dos vinte anos anteriores de regime militar, vislumbrando um horizonte de expectativa de melhor esperança. (2012, p.6).

Os excessos, de gosto duvidoso, que o fim da censura trazia, nas palavras do pesquisador, O “primeiro carnaval sem a censura também gerou uma licenciosidade revelando o enredo da Unidos da Tijuca “Cama, mesa e banho de gato” pouco politicamente correto e com um discurso machista”. (SILVA, 2012, p.7).

Em relação ao fim da ação da censura é preciso repensar a questão. A tentativa de proibição dos filmes “Je Vous salouï, Marie” e “Pra Frente Brasil” demonstram que as relações de força e os valores morais que norteavam a Ditadura civil-militar ainda estavam ainda presentes, ora pelo viés conservador, ligado a religiosidade, ora pelo receio da devassa pelos levantamentos de arbitrariedades cometidas durante o período mais rígido do governo ditatorial.

Carlos Maia ressaltou o momento de transição política após o carnaval de 1985, com a dramática morte de Tancredo Neves, a sua substituição pelo vice José Sarney e as expectativas geradas pela Nova república. No carnaval seguinte, essas angústias e as esperanças, em sua percepção, se coadunaram no ano mais politizado dos desfiles.

No Carnaval de 1986, os problemas sociais e as políticas econômicas dessa fase da redemocratização seriam abordados nos sambas de enredo da União da Ilha do Governador, da Caprichosos de Pilares e do Império Serrano na forma arquetípica de fantasmas que rondavam o país. Na primeira escola, o samba foi composto por Armandinho, Barbicha, Robertinho Devagar, Marcio André para o enredo Assombrações, do carnavalesco Arlindo Rodrigues. Além de velhas e lendárias assombrações – monstros marinhos, lobisomem e Nhá Jança –, outras recentes e bastante reais eram mencionadas na letra, tais como o leão do imposto de renda, a miséria e o FMI. (MAIA, 2010, p.116).

O jornalista Gustavo Melo, em artigo no Jornal Extra apontou esse momento carnavalesco como um momento especial de junção do campo político e cultural. Seu texto, de 2014 se relaciona em perspectiva com os fatos e consegue perceber o legado da experiência vivida pelo Império Serrano em completa sintonia com o público.

Anos 80. O Brasil cobriu-se com o manto verde da esperança depois de duas décadas sob o comando verde-oliva dos militares. Mais do que clarear o matiz de um novo tempo, o país vivia a retomada das rédeas do próprio destino. Sentimento que ecoou na Avenida em 1986, quando o Império Serrano cantou um dos sambas mais marcantes da década: [...]Obra que caiu na boca do povão ao celebrar o raiar de uma era vivida pelos brasileiros no enredo de Renato Lage e Lílian Rabelo.

O jornalista seguiu seu texto enumerando os temas debatidos e exaltando a efetividade com que a Escola transformou um tema do campo da política em efeitos plásticos visuais, conquistando uma posição de Escola cidadã. A empatia com o público, fundamental na visão de Melo foi um dos fatores para tornar o desfile da agremiação de Madureira especial.

O samba descrevia sem rodeios e com uma melodia envolvente cada um dos desejos, enumerados no enredo: a preservação da natureza, alimentação, moradia, melhores salários, segurança, educação e saúde. Anseios encaminhados aos gênios e suas lâmpadas maravilhosas representados na comissão de frente, que veio seguida por uma fonte luminosa trazendo cada um dos pedidos do povo naqueles anos de renovação da fé em nosso país. Nas arquibancadas, o povão cantava a plenos pulmões, como um desabafo, os versos em uma clara menção aos anos de chumbo vividos no país.

O resultado final do carnaval daquele ano, citado por Gustavo Melo e a referência aos anos da Ditadura foram seus destaques finais. O refrão, cantado a plenos pulmões pelo público, em êxtase, com desejo de exorcizar o legado que os governos militares deixaram para o povo brasileiro foi observado pelo jornalista como ponto positivo, entretanto, sua constatação final, procurou demonstrar que muitas questões ainda estão por ser, plenamente resolvidas.

Os vinte anos em questão era uma referência explícita ao período de 1964 a 1984, anos em que os militares estiveram no poder. Mesmo assim, com todo o clamor popular a favor, o Império ficou com a terceira colocação. Mas, mesmo após 28 anos de ter sido um dos hinos da abertura política do Brasil, “Eu Quero” continua mais atual do que nunca.

Um fato curioso é que o refrão, alusivo à Ditadura, catártico para o público, foi cantado, com mesma intensidade por uma personagem ligada diretamente ao governo militar, Dulce Figueiredo, ex-primeira dama que segundo a nota do Informe JB, em 12/02/1986, na página 6, “não parou de sambar, cantar e pular”. Na Coluna Social, página 5 do Caderno B, sua presença também foi destacada.

Sambódromo sem Dona Dulce Figueiredo não é sambódromo. Mas ela estava lá outra vez. A ex-primeira dama ocupava o camarote B-45, que ela diz ter ganho de presente. Dona Dulce foi as duas noites e acompanhou com mais atenção os desfiles da Mocidade (a escola em que desfila sua nora Rosana) e da Beija Flor (que tem entre seus componentes, seu filho Paulo e sua neta Tatiana). “Pulo o tempo inteiro”, disse, sem necessidade. Às 22h de domingo ela já tinha trocado o sapato por uma sandália e estava satisfeita em estar usando um vestido de algodão, mais refrescante. Dona Dulce não parou de dançar nem mesmo com a passagem da Império Serrano pela Avenida e cantava animadíssima o refrão: “Me dá o que é meu/ Foram 20 anos que alguém comeu”.

A referência sobre a letra, que animadamente a ex-primeira dama cantava, reforçava a ideia do distanciamento da realidade política com o passado vivenciado, pois, sua presença simbolizava também parte desta história que “alguém comeu”. Coisas da política brasileira!

A Portela, mais tradicionalista na escolha de seus temas também aderiu a temática mais contundente em sua crítica, naquele carnaval. A tendência de introduzir as queixas cotidianas como forma de estabelecer comunicação direta com o público influenciou a

ousadia portelense. Eduardo Silva apontou essa inovação da agremiação de Madureira, no Carnaval de 1986.

[...] e até mesmo da Portela, escola com característica de enredos menos incisivos. A escola azul e branca de Madureira apresentou o enredo “Morfeu no Carnaval, a utopia brasileira” trazendo uma crítica à realidade nacional. Já a União da Ilha associou lendárias assombrações fruto da imaginação com problemas nacionais bastante reais, como a miséria. [...] (SILVA, 2012, p.7).

Um ponto presente no carnaval de 1986 se relaciona a dicotomia abertura x censura, tendo como referência a agremiação do morro do Borel, que apresentou o enredo “Banho de Gato”, apresentando situações sexuais e comportamentais que soaram ousadas. No site Ouro de Tolo, o jornalista Pedro Migão, em artigo de 2016 afirmou, “o rebaixamento da Unidos da Tijuca já era meio que anunciado, dada a pressão que o enredo e o samba sofreram antes do Carnaval daquele ano por setores mais conservadores da sociedade”.

Se a censura havia terminado, alguns setores promoviam pressões para que a liberalização fosse imediata. O governo, sem grande empatia e funcionando ainda como se fosse apenas de transição, em algumas situações, como o dos filmes citados acima agiu de maneira a apoiar os grupos mais conservadores da sociedade brasileira.

Dessa forma, o carnaval da *Nova República* (1986), tivemos vários exemplos apontados acima, onde os temas políticos, com forte engajamento social foram predominantes, sendo o ano ápice desta tendência nos desfiles no Rio de Janeiro. Outras agremiações apresentaram enredos mais tradicionais, mas quase todas deixaram suas marcas, sobretudo na expectativa com a renovação política da Nova República e com a instauração da Assembleia Nacional Constituinte.

Nos “Carnavais da Constituinte” (1987/1988), a tendência permaneceu e o protagonismo se intensificou em algumas Escolas como a São Clemente com seus temas, aparentemente pouco carnavalescos e extremamente crítico-sociais, na Mocidade Independente de Padre Miguel com a inovação estética de traços tropicalistas dos enredos de Fernando Pinto, assim como os enredos do Império Serrano propondo a “desfusão” da Guanabara, da Imperatriz Leopoldinense clamando melhoras na educação se destacaram como críticas ao momento econômico do país.

Outro ponto merecedor de destaque foi no carnaval de 1988, onde as agremiações acordaram um desfile temático sobre o “centenário da Abolição”. A maioria das Escolas refletiu sobre a questão, tanto sobre o viés histórico, quanto em sua contemporaneidade. O destaque coube ao embate entre a Mangueira e a Vila Isabel, que com grande impacto abordaram o tema, em desfiles antológicos.

No último carnaval da década de 1980, “O Carnaval das Eleições Diretas” o espírito das apresentações que as agremiações realizaram apontava para o amadurecimento das reivindicações e a sua postura cidadã. Alguns enredos mereceram maior destaque como a homenagem aos 40 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos realizado pela

então campeã, Vila Isabel, por exemplo. Outro momento relevante foi o embate entre a crítica exaltada da Beija-Flor de Nilópolis, no “lixo que virou luxo” e a materialização de uma história “positivista e oficial” da campeã Imperatriz Leopoldinense, com “Liberdade, Liberdade, abre as asas sobre nós”.

7 | ACORDES FINAIS

Os caminhos percorridos pelas Escolas ao longo dos anos 1990 e nos primeiros anos do século XXI, onde as possibilidades temáticas se tornaram bem mais amplas, difusas e abrangentes revelaram um esgotamento da temática política. Com tanta liberdade na abordagem dos enredos, as agremiações foram abandonando os temas políticos e sua verve crítica. Uma nova lógica se impôs nos desfiles com a busca de patrocínio de empresas privadas, estatais ou de prefeituras e estados, para custear os altos gastos que o evento, em seu caráter competitivo alcançou.

As agremiações do Rio de Janeiro, durante o período da Ditadura civil-militar (1964-1985) sofreram com a vigilância dos órgãos de repressão e censura e muitas delas conseguiram criar estratégias para se contrapor ou aderir ao sistema imposto, demonstrando que as agremiações estavam articuladas e participantes na esfera pública onde as restrições e lutas pelos direitos políticos estavam sendo disputados.

A utilização de elementos simbólicos e conceitos políticos (liberdade, democracia, cidadania, anistia, povo e nação) nas letras dos sambas de enredo, nas sinopses e nos elementos de visualidade dos desfiles despertavam nos espectadores sentimentos de pertença as manifestações que estavam ocorrendo. Dessa forma, os desfiles e a sua recepção por uma imensa massa de espectadores se tornava um potente canal de comunicação de ideias e ideologias.

A história das agremiações pode ser trabalhada como chave de compreensão do todo histórico. Os aportes em seus enredos, o trabalho das comunidades, a repercussão dos desfiles, sua existência cultural e a relação que se estabelece com os poderes públicos (municipal, estadual e federal) possibilita compreender a História política contemporânea do país.

REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Janaína Martins. *A ditadura em tempos de milagre*. Rio de Janeiro, FGV, 2016.

COSTA, Haroldo. *Salgueiro: Academia do Samba*. Rio de Janeiro: Record, 1984.

CRUZ, Tamara Paola dos Santos. *As Escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar: memórias e esquecimentos*. Dissertação de Mestrado. UFF. Niterói, 2010.

MAIA, Carlos Eduardo Santos. Soltando o verbo: ratos e urubus, diretamente o povo escolhia o presidente. *Textos escolhidos de cultura e arte populares*, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p. 109-125, nov. 2010.

MELLO, Marcelo. *O Enredo do meu Samba: A História de quinze Sambas-enredo imortais*. Rio: Record, 2015.

NAVES, Laura Maria. *O Papel da Aerp na Construção da Identidade Nacional: Análise das Propagandas Políticas Durante o Governo Médici*. In <http://www.unicentro.br/redemc/2012/artigos/41.pdf>, pesquisado em 16/3/2016.

OTAVIO, Chico e JUPYARA, Aloy. *Sambas enredos enfrentaram o regime militar* in <http://oglobo.globo.com/brasil/sambas-enredo-enfrentaram-regime-militar>, pesquisado em 3/4/2016.

PAMPLONA, Fernando. *O Encarnado e o Branco*. Rio de Janeiro: Nova Terra, 2013.

SILVA, Eduardo Pires Nunes da. *Narrativas sobre a História e Ação política nos domínios dos enredos das Escolas de Samba do Rio de Janeiro durante a década de 1980*. in *Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia* Ouro Preto: EdUFOP, 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Araguaia 44, 45, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 57

Astronomia 99, 100, 101, 102, 103, 105, 214, 215, 216, 217, 218, 219

C

Cinema 28, 106, 119, 133, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 229

Comércio 116, 117, 118, 119, 124, 128, 162, 163, 205, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 241, 245, 247, 282

Conservadores 171, 172, 173, 177, 178, 179, 285, 296

D

Democracia 13, 15, 18, 19, 22, 31, 85, 284, 286, 293, 297

Dialética Cultural 183, 189, 190, 191

Ditadura 31, 51, 55, 57, 82, 83, 84, 85, 204, 285, 286, 287, 288, 289, 292, 294, 295, 297

E

Escolas de Samba 284, 286, 287, 290, 291, 293, 297, 298

Estado Transitório 268, 271, 275

F

Família 15, 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 49, 54, 55, 108, 121, 125, 144, 162, 184, 195, 198, 202, 217, 218, 245, 247, 250, 251, 302

Ferrovia 33

H

História Cultural 86, 87, 88, 90, 91, 98, 108, 109, 113, 114, 145, 299

História Pública 203, 204, 206, 207, 210, 212, 213

I

Identidade 1, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 22, 25, 26, 29, 30, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 111, 112, 115, 127, 135, 138, 139, 141, 143, 158, 171, 177, 203, 205, 224, 226, 254, 256, 267, 278, 298

Imigrantes Japoneses 243, 244, 245, 248, 249, 251, 252

Indígena Brasileiro 214, 217

M

Memória 44, 114, 115, 149, 150, 156, 158, 203, 243, 254

Memória Aikewara 44

Modernistas 171, 173, 179

Morada Nordestina 58, 66

N

Nacionalismo 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 291

O

Organização Curricular 255, 256, 261, 262

P

Pós-Modernidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 114, 224

Pós-Neoclássico 268, 271, 275

R

Representação 6, 28, 76, 88, 91, 95, 96, 98, 108, 112, 127, 135, 156, 157, 184, 187, 195, 238, 293

Roger Chartier 86, 87, 88, 90, 91, 97, 98

S

Sociedade Capitalista 13, 14, 15, 21

Sol Nascente 243, 254

T

Teoria Marxiana 13



*Sentidos e Sujeitos:
Elementos que dão
Consistência à História 2*

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

Sentidos e Sujeitos: Elementos que dão Consistência à História 2



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 